

SUMÁRIO

MISSÃO E OBJETIVOS DA REVISTA DOS TRIBUNAIS.....	7
EDITORIAL – RT 1025.....	9

DOCTRINA

ARBITRAGEM

A arbitragem de consumo no setor de seguros ("CIMPAS") e a mediação em Portugal <i>Consumer arbitration in the insurance sector ("CIMPAS") and mediation in Portugal</i> VIVIAN LYS PORTO FERREIRA DA SILVA e VIVIANE ROSOLIA TEODORO	21
---	----

DIREITO ADMINISTRATIVO

Da mediação como forma de solucionar conflitos no âmbito da administração pública federal <i>Mediation how to solve conflict form under the federal public administration</i> ROCCO ANTONIO RANGEL ROSSO NELSON, WALKYRIA DE OLIVEIRA ROCHA TEIXEIRA e ISABEL CRISTINA AMARAL DE SOUSA ROSSO NELSON	45
---	----

DIREITO CIVIL

Divórcio decretado após a morte: a valorização da autonomia privada em caso de falecimento do cônjuge ao longo do processo de divórcio <i>Divorce decreed after death: valuing private autonomy in the event of the death of a spouse during the divorce process</i> CAROLINA GONTIJO ALVES, CLÁUDIA MARA DE ALMEIDA RABELO VIEGAS e MARIA CLARA SOUZA ALENCAR.....	71
---	----

Arquitetura informacional e a sua proteção pelo direito do autor <i>Information architecture and the protection by copyright</i> JORGE SHIGUEMITSU FUJITA e VALMIR DOMINGUES GARCIA.....	83
--	----

Parto anônimo: o direito do filho ao conhecimento de sua ascendência genética <i>Anonymous child-birth: the child's right to know his genetical ascendance</i> ANARA HOLANDA LINHARES, MARIA DOS REMÉDIOS DE LIMA BARBOSA e HÉRIKA JULIANA LINHARES LIMA.....	97
---	----

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ágoras virtuais: o debate público digital e a (des)participação cidadã nos poderes públicos <i>Virtual agoras: the digital public debate and the citizen (un)participation in the public powers</i> GABRIEL CEMIN PETRY, MURILO HAUPENTHAL e HAIDE MARIA HUPFFER.....	119
---	-----

<i>Habeas corpus</i> coletivo e prova estatística <i>Collective Habeas Corpus and statistical evidence</i> EDUARDO CAMBI e LETÍCIA DE ANDRADE PORTO.....	145
DIREITO DE FAMÍLIA	
O papel das serventias extrajudiciais na desjudicialização das questões relativas à guarda, visitação e pensão alimentícia de menores de idade <i>The role of notary offices in the dejudicialization of matters related to custody, visitation and child support for minors</i> FELIPE VILAS BÔAS FRAGA, BRUNO BASTOS DE OLIVEIRA, RAFAEL DE LAZARI e ALENCAR FREDERICO MARGRAF.....	177
DIREITO DO CONSUMIDOR	
Os riscos à privacidade do novo cadastro positivo e o papel da ANDP <i>The risks to privacy of the new Credit Score Law and the role of the National Authority of Personal Data Protection</i> JOÃO RODRIGO DE MORAIS STINGHEN e ALINE RODRIGUES DE ANDRADE.....	203
DIREITO DO TRABALHO	
O teletrabalho como regime laboral impositivo durante a pandemia de Covid-19: primeiras impressões sobre o caso brasileiro <i>The telework as an impositive labor regime during the Covid-19 pandemic: first impressions about the Brazilian case</i> VITOR HUGO BUENO FOGAÇA e MATHEUS VINICIUS MACHADO.....	227
DIREITO PENAL	
Corrupção privada: um novo tipo penal para catalisar uma reforma moral? <i>Private corruption: another crime to catalize a moral reform</i> CATHERINE RURIKO SATO.....	247
Análise crítica da proposta acusatória relativa ao <i>standard</i> de prova "além da dúvida razoável" nos crimes de colarinho branco <i>Critical analysis of proposal about beyond the reasonable doubt in white collar crimes</i> MARCELO TURBAY FREIRIA e THIAGO TURBAY FREIRIA.....	271
DIREITO SECURITÁRIO	
Regulação do sinistro: pressupostos e efeitos na execução do contrato de seguro <i>Claim adjustment: fundamentals and its effects on the performance of the insurance contract</i> BRUNO MIRAGEM e LUIZA PETERSEN.....	291
DIREITOS HUMANOS	
Grilhões ideológicos e escravidão contemporânea: a escravidão tradicional não se definia pela privação do direito de ir e vir <i>Ideological shackles and contemporary slavery: traditional slavery was not defined by deprivation of freedom of movement</i> RODRIGO OCTAVIO DE GODOY ASSIS MESQUITA e GABRIELA PIAI DE ASSIS MESQUITA.....	327

NOTAS E COMENTÁRIOS

Assembleias virtuais após 30 de outubro de 2020 com o término de vigência da Lei Transitória 14.010/2020 RODRIGO KARPAT	349
Defensoria Pública enquanto <i>Custos Vulnerabilis</i> : tese e avanço jurisprudencial em 2020 MAURILIO CASAS MAIA	355
Vazamento de dados pessoais pós LGPD RICARDO ALEXANDRE DE OLIVEIRA	365
Megavazamento: nossos dados estão realmente protegidos? PATRICIA PECK PINHEIRO	371

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- É constitucional a Portaria da Presidência do STF que determinou a abertura de inquérito policial para apurar notícias fraudulentas, denúncias caluniosas, ameaças e infrações que atingem a honorabilidade e segurança do STF, seus membros e familiares
VINÍCIUS DA COSTA GOMES.....

379

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- É imprescritível a ação de ressarcimento ao erário por gastos indevidos com publicidade quando o agente ocupava o cargo de prefeito. Aplicabilidade do Tema 897 do STF
LUANA PEDROSA DE FIGUEIREDO CRUZ e LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR.....
- Negada anulação de interceptações telefônicas na investigação da "Máfia das Multas", por ser medida imprescindível para revelar o *modus operandi* da organização criminosa que envolve vários crimes e inúmeros agentes na ampla rede de corrupção
ANTONIO EDUARDO RAMIRES SANTORO.....

391

400

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- É constitucional o julgamento de crimes de menor potencial ofensivo pela Justiça Comum, uma vez que não há determinação de exclusividade na Constituição.....
- É constitucional a contratação de empregados de conselhos profissionais pelo regime celetista, pois são autarquias públicas não estatais, não se aplicando a obrigatoriedade do regime jurídico único.....
- Possibilidade de usucapião urbano de apartamento, destinado à moradia, desde que cumpra os requisitos e que a fração ideal esteja dentro do limite da metragem prevista em lei.....

425

439

441

- Entendimento sumular que veda a equiparação de vencimentos de servidores públicos pertencentes a carreiras distintas se aplica ao auxílio-alimentação, em razão do princípio da isonomia 443
- Incidência de IPI é constitucional para bens importados na entrada no país e na comercialização no mercado interno..... 446

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Responsabilização solidária de provedor de conteúdo com aquele que gerou informação ofensiva quando, após ciência do ilícito, não reage de forma célere para retirar o material da internet, independe de notificação judicial..... 451
- Dirigente de organização privada que administra recursos públicos pode responder individualmente por improbidade administrativa, pois equipara-se a agente público.... 464

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- Multinacional é condenada ao pagamento de indenização por dano moral coletivo por consultar previamente informações creditícias dos candidatos em processo seletivo 479

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

- Deferimento do pedido de requisição de força policial para garantir o livre exercício do voto, bem como a normalidade da votação e apuração dos resultados das eleições municipais, tendo em vista o histórico de violência e conflitos políticos em pleitos anteriores e o acirramento da disputa entre os candidatos..... 485

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

- Manutenção da comissão avaliadora que não homologou a autodeclaração do estudante para concorrer às vagas destinadas às cotas raciais para ingresso em curso de Ensino Superior 489

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ALAGOAS

- Inobservância de normas condominiais para a construção de muro em loteamento acarreta suspensão da obra, considerando o perigo de dano, por burlar direito de vizinhança..... 493

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ

- Plano de saúde é obrigado a custear cirurgia plástica reparadora pós cirurgia bariátrica quando há indicação médica, uma vez que tal terapêutica é fundamental para a recuperação integral da saúde do paciente 497

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

- Inadmissibilidade de reembolso do prejuízo financeiro quando o correntista fornece a terceiro seus dados pessoais, viabilizando com essas informações operação bancária fraudulenta 503

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

- Impossibilidade de exclusão de condômino por mau comportamento, por ausência de previsão legal, sendo ainda temerária em razão da pandemia e da moradora ser pessoa idosa 507

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO SERGIPE

- Funcionário de *shopping center* que aborda cliente fora da loja, acusando-o indevidamente da prática de furto, causa constrangimento e acarreta indenização por danos morais..... 511

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

- Militar que exige vantagem indevida de traficantes de drogas para não atuar na repressão do crime pratica o crime de concussão militar..... 515

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

- Índice de Temas..... 519
- Índice de Autores..... 523

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORA INÉDITA..... 527